

PROJETO DE LEI N° ,DE 2025

(Do Sr. RODOLFO NOGUEIRA)

Altera o art. 352, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para instituir o crime de evasão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o artigo 352, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para instituir o crime de evasão.

Art. 2º O art. 352, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Evasão

Art. 352 – Tentar evadir-se o preso ou indivíduo submetido a prisão ou medida de segurança detentiva:

Pena – reclusão, de 4 a 8 anos.

§1º - Se o crime é consumado, a pena é de reclusão, de 6 a 12 anos.

§ 2º - Se há emprego de violência contra pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com relatório encaminhado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, à Câmara dos Deputados em 10 de abril de 2024¹, as penitenciárias brasileiras registraram 9.175 fugas no ano

¹https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2405586&filename=Tramitacao-RIC%20186/2024



de 2023. Ademais, o referido documento revela que, no período de 2016 a 2023, mais de 109 mil detentos lograram êxito em escapar, não havendo, contudo, dados disponíveis acerca das recapturas.

Diante desses alarmantes números, torna-se evidente a premente necessidade de reformulação do ordenamento jurídico pátrio, visando adequar o tipo penal pertinente e, por conseguinte, aprimorar a atuação estatal na repressão à evasão de detentos, assegurando a efetiva aplicação da lei.

Nesse contexto, o presente projeto de lei propõe a alteração da redação do artigo 352 do Código Penal, com o intuito de coibir toda e qualquer tentativa de fuga, qualificando o delito pelo êxito da empreitada.

A impunidade dos fugitivos contribui para o incremento da sensação de insegurança pública e para o descrédito das instituições de justiça. Por essas razões, e convicto de que o presente projeto objetiva o aperfeiçoamento da legislação nacional e a reafirmação do compromisso estatal com a segurança pública, solicito aos nobres pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado RODOLFO NOGUEIRA
PL/MS

